

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

## O declínio da responsabilidade [The decline of responsibility]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fleig, Mario
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-04 20:05:50
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/162478">http://hdl.handle.net/20.500.12424/162478</a>

# O declínio da responsabilidade

Entrevista com Mario Fleig

**IHU On-Line - Qual é a relação da expressão "Ah! Não vai dar nada" com patologias da responsabilidade e delírio de autonomia na pós-modernidade?**

**Mario Fleig** – Para termos uma idéia do alcance da “cultura” do “não dá nada”, é preciso lembrarmos que a noção de responsabilidade, na tradição grega, começa a ser formulada em confronto com a noção de destino. Se partilharmos a concepção do destino cego, interpretado como determinação absoluta de nossas ações, então não há como sofrermos sanções relativas ao que fazemos. Fazendo isso ou aquilo, tanto faz. Contudo, os gregos começaram, especialmente na tragédia, a formular a noção de responsabilidade, mesmo conservando a crença no destino, ou seja, o destino não anularia a responsabilidade. Esta mesma formulação encontramos, por exemplo, no mito de Er, que aparece no final da **República** de Platão. Cada um recebe sua parte, ou seja, seu destino, mas não deixa de ser responsável pelo mesmo. Em Aristóteles, na **Ética a Nicômaco**, encontramos uma final elaboração da noção de responsabilidade, que requer dois elementos: o discernimento do que seja a melhor ação e o ato de escolha. O ato de escolha bem fundado requer a capacidade de discernir entre alternativas que se apresentam para o agente.

Já na tradição judaico-cristã encontramos a noção de pecado, que pressupõe, para além do que poderia estar predestinado para cada um, a escolha. Deste modo, se há possibilidade de escolha, amparada no discernimento de alternativas, o sujeito que age pode ser imputado, ou seja, pode ser responsabilizado.

**Retorno a um destino cego**

O que observamos na modernidade recente, formulado em meados do século passado, é o surgimento de algo como uma “moral sem pecado”, ou seja, façamos como queremos, e isso não terá nenhuma consequência. Se agirmos bem, é ótimo. Se agirmos mal, não se preocupe. Sendo assim, parece que no contexto dito “pós-moderno” há um retorno para uma nova forma de destino cego, com o progressivo apagamento da noção de responsabilidade. Responsabilidade significa, literalmente, responder por, ou seja, *res pondere*, do latim, pôr, colocar a coisa. Que coisa? Aquela que importa para a vida de cada um em comum com os outros, e para a excelência disso. *Res* como em *res+pública*, o cuidado com a coisa pública. Se o pressuposto do agente é que “não vai dar nada”, isso implica que se entrega aos acontecimentos, forma de destino e, além disso, que não lhe cabe responder por isso. O declínio da responsabilidade afeta não só a coisa privada, mas igualmente a coisa pública. Anuncia a ruína da República, o fim da política.

Por isso levantamos a hipótese de que o delírio de autonomia, ancorado no pressuposto de que tudo é possível ou dito de outra maneira, de que não há nada impossível, ou seja, de que não há interdito que tenha consistência, não há, portanto, lei alguma, realiza o seu contrário: ele se revela como a mais extrema e rígida entrega a um obscuro destino. O que funda a responsabilidade é a instância da lei, não simplesmente positiva, mas simbólica, ou seja, a noção de que os atos são atos, isto é, que têm efeitos, no mais das vezes, irreversíveis. O que pode gerar autonomia é precisamente a vigência da lei simbólica. A demarcação da borda, ou seja, de onde se encontra o impossível, abre a liberdade do possível e do contingente,

campo do que pode ser de modo não necessário.

Quais seriam os determinantes psíquicos e sociais das novas patologias da responsabilidade? Podemos dizer que estão ligadas ao que constitui a modernidade e pós-modernidade, formas culturais próprias do Ocidente. As patologias sociais e individuais comumente são geradas pela cultura em que se encontra. As determinações sociais do indivíduo, conforme nos ensina a antropologia cultural, a sociologia e a psicologia, não podem ser desconsideradas.

### ***IHU On-Line* - Que patologias seriam essas e quais seriam os grupos mais suscetíveis a elas?**

**Mario Fleig** – Havia um tempo em que ainda se podia pensar que as novas patologias psíquicas e sociais eram fenômenos restritos aos indivíduos e, portanto, localizáveis. Esta forma de pensar ainda perdura nas concepções que atribuem tais patologias apenas à causalidade biológica (haveria um gene para o crime?), e que então bastaria encontrar o psicofármaco adequado e o problema estaria resolvido. A medicalização generalizada de toda a sociedade poderia ser, então, uma proposta de equacionar o problema. Seria isso aceitável? Se assim fosse, ficaria evidente que o pressuposto do bom funcionamento do social diante da patologia dos indivíduos, que então teriam duas saídas: ou adaptar-se à sociedade ou serem medicalizados. Parece, contudo, que esta perspectiva já tradicional, veiculada nas teorias sociais ditas “funcionalistas”, não dá conta do fenômeno atual, que se apresenta de forma generalizada.

As patologias da responsabilidade aparecem como um efeito generalizado da progressiva impessoalização das relações de trocas, tendo assim um alcance globalizado, que segue de perto a expansão da economia do livre

mercado. Na formulação de J. Lacan<sup>28</sup>, trata-se do efeito de forclusão do sujeito, operação específica da ciência moderna. No campo desta, essa operação é condição para seu progresso e êxito. Bem diferente, é o efeito no social do discurso da ciência: incremento de organizações da vida cotidiana nos moldes impessoais, que produzem o incremento na circulação de enunciados destituídos de sua enunciação. Ora, o que funda a responsabilidade não é apenas a atribuição de responsabilidade por parte de alguém ou de alguma instância para o sujeito de um ato. Isso não basta, como se percebe na tentativa de punir o ato criminoso. O que funda a responsabilidade é sempre da ordem de uma implicação do próprio sujeito no que lhe acontece, ou seja, que a ação (seu enunciado) seja apropriado pelo sujeito, ao poder se reconhecer naquilo que faz. Isso não pode ser inscrito senão na relação com o semelhante, que também ali está como sujeito, ou seja, não descolado de sua própria enunciação.

### **Medicamentos e desresponsabilização**

Por exemplo, tentando ser mais claro: se atribuo minha tristeza ou minha alegria apenas ao meu organismo, desconsiderando as sobredeterminações oriundas de minha ação, ou seja, se penso que só poderei sair da depressão com a ajuda de um psicofármaco, a quem estou atribuindo a responsabilidade do que me acontece? O responsável seria a medicação ou meu organismo, não tendo nada a ver comigo. Isso abre a porta de minha desresponsabilização, porta que tende a

<sup>28</sup> **Jacques Lacan (1901-1981):** psicanalista francês. Lacan fez uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas este é apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. (Nota da *IHU On-Line*)

fazer série, cadeia, cascata. A responsabilidade, então, passa a ser atribuída a outro.

Nossa hipótese é que o incremento nos dispositivos impessoais, que dispensam o sujeito da enunciação, produzem ao mesmo tempo a proliferação da não-responsabilidade, o incremento na busca do “contrato social” (mais leis positivas) em substituição ao pacto simbólico, a atribuição de “responsabilidade” para instâncias impessoais (o biológico, o psicofármaco, a sociedade etc., enfim, novos nomes para o destino cego). O efeito subjetivo disso se mostra no aumento da depressão, ou seja, a percepção subjetiva de baixa estima, de incapacidade etc. Vemos, então, que o exercício da responsabilidade pressupõe o reconhecimento de valor naquilo que um sujeito faz. Da patologia da responsabilidade individual logo se passa para o declínio da responsabilidade social, que parece não ter causas muito diferentes.

#### ***IHU On-Line* - Quais são os limites e as possibilidades da autonomia para o sujeito pós-moderno?**

**Mario Fleig** - A autonomia bem fundada requer o reconhecimento da lei simbólica. Como preservar seu exercício no contexto da pós-modernidade, fundada na renúncia à tradição e orientada pelo ideal de inovação e criação? Penso que isso está para ser inventado, mas creio que tal caminho não seria possível sem que se preserve a conquista ocidental do valor da enunciação do sujeito. A dimensão do si mesmo, que se revela nas situações limites como a angústia, a sexualidade e a morte, não pode ser anulada sem que junto vá a dimensão da responsabilidade.

#### ***IHU On-Line* - Quais caminhos de responsabilidade coletiva podem se vislumbrar numa sociedade em que o sujeito tende à total autonomia, mas ao mesmo tempo se defronta**

#### **com problemas como os ecológicos, entre outros que ameaçam sua própria descendência?**

**Mario Fleig** - Em nossos tempos, já não basta sermos responsáveis pelo que fizemos ou deixamos de fazer. Já temos suficientemente consciência dos efeitos das inovações que podemos introduzir na vida cotidiana ou no meio ambiente. Esta é a consciência da responsabilidade pelo futuro. Isso é algo que os antigos nunca haviam pensado, pois supunham que o futuro não passava de uma repetição do passado. Hoje, pelo contrário, sabemos que o futuro se decide no que hoje escolho. Assim, temos uma responsabilidade pelo que ainda não aconteceu. Como assumi-la?

#### ***IHU On-Line* - Como a psicanálise se posiciona quanto à relação entre essas patologias e ao modo como a indústria farmacêutica trabalha com elas?**

**Mario Fleig** - Os psicofármacos trouxeram um grande alívio para o sofrimento psíquico e uma promessa de vida mais feliz. E é assim em muitos casos, pois para certas situações, é a melhor saída. Em meu trabalho como psicanalista, contudo, ouço muitas pessoas se colocarem o problema dos benefícios do medicamento: se eu fico bem com a medicação, me dizem, é por que eu estou bem, ou eu continuo mal, e é o medicamento que me deixa bem? Se é graças ao medicamento, então significa que não sou capaz, etc. Vejam, começa um problema sobre a responsabilidade de seu próprio bem-estar. O medicamento pode produzir um efeito subjetivo, e não medicamentoso, que leva a uma confirmação da incapacidade na qual o sujeito já se encontrava.

Um segundo problema que encontro, diz respeito à medicalização generalizada. Professores de uma escola me relataram, tomando apenas uma sala de aula de crianças em torno de 11 anos, que 70% dos alunos tomavam algum

psicofármaco. A maior parte deles tomava medicação para TDA, transtorno de déficit de atenção. E eles se perguntavam o que estava acontecendo,

por que tanto alunos precisavam de Ritalina. Está claro que se referiam ao que estaria fracassando em seu trabalho como professores.

## Documentário *Jango* em exibição no IHU História do Brasil e Cinema

Exibir e comentar o documentário *Jango*, do cineasta brasileiro Sílvio Tendler. Com esse propósito acontece dia 24 de junho, das 8h30min às 12h30min, mais uma edição do evento **História do Brasil e Cinema**, desta vez a cargo da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fatimarlei Lunardeli, docente na Unisinos. Anote em sua agenda: é na sala 1G119 do IHU, com entrada gratuita.

Lunardeli é graduada em Comunicação Social Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela UFRGS e especialista em Comunicação Social Estilo Jornalístico pela PUCRS. É mestre em Artes e doutora em Comunicação pela USP, com a tese *Memória e identidade: a crítica de cinema na década de 1960 em Porto Alegre*. Escreveu as obras *Ô psit! O cinema popular dos Trapalhões*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1996 e *Quando éramos jovens: história do Clube de Cinema de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; UE da Secretaria Municipal de Cultura, 2000. É uma das organizadoras de *Unicultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

## “O homem errado, na hora errada, no lugar errado”

### Entrevista com Marco Antonio Villa

Essa é a avaliação do historiador Marco Antonio Villa, a respeito de João Goulart, mais conhecido como Jango, diante da presidência brasileira de 1961 a 1964. Em entrevista por telefone à *IHU On-Line*, falando sobre a biografia que escreveu, *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, o historiador afirmou que Jango não estava à altura das necessidades históricas das quais o Brasil tinha necessidade naquele momento. E arremata, comparando Jango a Vargas: “Jango é uma figura